

HABEAS CORPUS Nº 548.610 - SP (2019/0356977-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : CRISTIANO FERRAZ BARCELOS
ADVOGADO : CRISTIANO FERRAZ BARCELOS - SP313046
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : A R C (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de A. R. C. no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 2259100-04.2019.8.26.0000, indeferiu o pedido de liminar.

Os autos dão conta de que, em 8/11/2019, o paciente foi condenado, por infração ao art. 213, § 2º, do Código Penal, à pena de 18 (dezoito) anos e 8 (oito) meses de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime fechado, tendo sido recomendada a manutenção do paciente no estabelecimento prisional em que se encontrava (e-STJ fls. 17/27).

Objetivando que fosse assegurado ao sentenciado, ora paciente, o direito de recorrer em liberdade, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual. O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 28).

Na presente impetração, a defesa afirma que "*o respeitável magistrado [ao proferir a sentença penal condenatória] deixou de indicar elementos concretos dos autos que justificassem a imprescindibilidade de manutenção da prisão cautelar para assegurar a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal, incorrendo assim em manifesta ilegalidade*" (e-STJ fl. 5), concluindo que "*resta claro o direito do réu de recorrer em liberdade, porque ausentes qualquer motivos para a segregação provisória*" (e-STJ fl. 7).

Acrescenta que, no julgamento do *Habeas Corpus* 442.976/SP, não houve consenso na manutenção da prisão preventiva, uma vez que o Ministro Nefi Cordeiro, ao proferir o seu voto, teria sido favorável a concessão da ordem a fim de garantir a

liberdade ao ora paciente (e-STJ fls. 10/11).

Por isso, requer, mediante a superação do enunciado da Súmula n. 691 do STF, seja assegurado ao paciente o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 3/13).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016).

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator